

Pedro Henrique Penido Pinto

A POLARIZAÇÃO ENTRE PT E PSDB

“O CASO DAS ELEIÇÕES PARA O EXECUTIVO FEDERAL NOS ÚLTIMOS 20 ANOS”

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Gestão Pública da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Gestão Pública.

Orientador: Prof.º Carlos Ranulfo Felix de Melo

Belo Horizonte

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFMG

Dezembro de 2015

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
2. PT, PSDB E PMDB: UM BREVE HISTÓRICO.....	5
2.1 – Partido dos Trabalhadores.....	5
2.2 – Partido do Movimento Democrático Brasileiro.....	8
2.3 – Partido da Social Democracia Brasileira.....	11
2.4 - Movimentos de Aproximação e Distanciamento entre PT e PSDB	15
3. PT X PSDB: A POLARIZAÇÃO NAS ELEIÇÕES PARA O EXECUTIVO FEDERAL A PARTIR DA DÉCADA DE 90.....	18
4. AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS E SEU IMPACTO NO SISTEMA PARTIDÁRIO BRASILEIRO.....	22
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	26
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	29

1 - INTRODUÇÃO

O Poder Executivo no Brasil é regulado pela Constituição Federal nos seus artigos 76 a 91. Desde 1891, o ocupante do poder executivo federal é o Presidente da República, que é ao mesmo tempo chefe de Estado e chefe de governo, além de comandante-em-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas. Atualmente, o presidente elege-se por voto popular direto para um mandato de quatro anos. A reeleição foi permitida entre 1998 e 2014, mas revogada em 2015 pelo Congresso Nacional. Em caso de não atingimento de 50% mais um do total de votos válidos nas eleições no primeiro turno, é eleito pela maioria absoluta dos votos válidos no segundo turno. Quando não pode governar o país, o seu substituto é o Vice-Presidente da República. Os colaboradores que auxiliam o Presidente da República nas tarefas administrativas são os Ministros de Estado, que o chefe de Estado e de governo nomeia.

Os requisitos para ser Presidente da República são: ter o Brasil como país de nascimento, ter mais de 35 anos de idade, exercer os direitos políticos e, eleger-se por meio de partido político. As definições das regras para eleger o Presidente do Brasil constam na Constituição brasileira de 1988.

A política brasileira nas últimas décadas ficará marcada por dois períodos em que estiveram à frente do poder Executivo federal, apenas dois partidos políticos: o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), de 1995 a 2002; e o Partido dos Trabalhadores (PT), de 2003 até os dias de hoje, nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Em todas as eleições deste período a disputa pelo poder Executivo brasileiro teve ora o PSDB vencendo e o PT ficando em segundo colocado, ora o PT vencendo e o PSDB ficando com a segunda colocação. Apesar da existência de vários outros partidos políticos e candidatos nos pleitos, nenhum foi capaz de quebrar a polarização e alcançar pelo menos a segunda melhor votação.

O predomínio alcançado por esses dois partidos contrasta com a instabilidade e a fragilidade relativa, até o momento, das chamadas “terceiras forças” (Limongi e Guarnieri, 2014). Não apenas em função da votação obtida, mas também pelo fato de sua identidade variar de eleição para eleição. Levando em consideração apenas os partidos com representação política na Câmara dos Deputados e os candidatos com um mínimo de

competitividade, somente o PPS (Partido Popular Socialista) participou por duas vezes seguidas da disputa após 1994, lançando a candidatura de Ciro Gomes em 1998 e 2002. Marina Silva também participou de duas disputas em sequência (2010 e 2014), mas o fez por partidos diferentes: uma vez pelo PV (Partido Verde) e outra pelo PSB (Partido Socialista Brasileiro) após o candidato oficial dos socialistas falecer em um acidente aéreo.

Após o fim da ditadura militar, que impôs durante 21 anos um regime militar no Brasil, apenas a eleição de 1989 não foi marcada por uma disputa direta entre PT e PSDB. Tem-se, portanto que após o fim da ditadura militar, o Brasil já passou por sete eleições diretas para escolha do Presidente da República e em apenas uma destas disputas¹ (eleição de 1989) o vencedor não pertencia a um dos dois partidos aqui analisados, PT ou PSDB.

A década de 1990 foi decisiva para o processo de institucionalização de PT e PSDB, assim como para a disputa entre os mesmos. Porém é importante ressaltar, que essa institucionalização ocorreu em moldes diferenciados para cada um dos partidos, como será amplamente contextualizado nas próximas seções. Mas de modo geral, enquanto o PT foi fortalecendo seu vínculo com os movimentos da sociedade civil e se constituindo como a referência partidária de oposição no país, o PSDB ampliou significativamente sua máquina partidária através do exercício da função governativa em nível federal. A chegada do PSDB ao Executivo federal com a vitória do candidato Fernando Henrique Cardoso (FHC) nas eleições de 1994 se configurou como o momento crucial para o estabelecimento da efetiva rivalidade entre estes partidos, uma vez que o PT já havia “conquistado o seu espaço” ao passar para o segundo turno em 1989 (Melo, 2010 e 2012). Desse modo, PSDB e PT adquiriram destaque no quadro político-partidário brasileiro, pelas ações e lugares que assumiram ao longo da década de 1990. O primeiro esteve à frente do governo federal por dois mandatos consecutivos (1994-1998 / 1998-2002), período em que ampliou sua presença em todas as esferas de representação. Segundo Roma (2002), entre 1993 e 1996, o PSDB praticamente triplicou o número de vereadores e duplicou o número de prefeitos filiados. Ainda de acordo com Roma (2002) na eleição de 1994 o partido passou de um (01) para cinco (05) governadores, enquanto no período compreendido entre 1993 a 1997 conseguiu dobrar a

¹ Inicialmente, a eleição de 1989 contava com 23 candidaturas a Presidência da República. No entanto, com a anulação da de Silvío Santos, pelo PMB, restaram 22 partidos políticos, coligações e seus respectivos candidatos na disputa. Fernando Collor de Mello do extinto partido PRN foi eleito como Presidente da República, vencendo Luís Inácio Lula da Silva do PT no segundo turno, enquanto que o candidato Mário Covas Junior do PSDB obteve o quarto lugar nessa disputa.

representação na Câmara dos Deputados, consolidando assim cada vez mais o seu perfil de partido nacional². O PT, por sua vez, depois de se constituir-se como o maior partido de oposição ao governo federal ao longo da década de 1990, viu crescer, segundo Kinzo (2007), o número de prefeitos eleitos, conquistou o Executivo em várias capitais e governos estaduais, e nas eleições de 2002, após concorrer pela quarta vez, conquistou o governo federal, elegendando o candidato Luiz Inácio Lula da Silva como Presidente da República.

A eleição de um Presidente da República com a trajetória de vida e política como a de Lula – um operário metalúrgico que se projetou nacionalmente como líder sindical e tornou-se fundador e presidente de honra do maior partido de oposição da década de 1990 – trouxe significativas mudanças para o cenário político brasileiro. Entre outras coisas, cabe destacar a alternância de caráter ideológico no poder, o que, segundo Lijphart (2003), significa um teste importante quando se deseja verificar se a democracia de um país encontra-se consolidada. Por outro lado, o PSDB e seu principal aliado – o Democratas (DEM) – que haviam crescido no exercício do governo passaram a representar as principais forças da oposição.

O trabalho aqui proposto então tem como tema de análise as relações entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), tendo em vista a predominância de ambos nas disputas pelo Executivo federal no Brasil, e como isso impacta no sistema eleitoral e partidário do país. Mais especificamente, pretende-se compreender as causas da polarização entre os dois partidos, discorrendo sobre as convergências e divergências gestados nas relações entre esses atores, tendo em vista suas trajetórias partidárias e experiências governativas. Para além destes dois partidos, merecerá atenção também o Partido do Movimento Democrático do Brasil (PMDB), já que como veremos mais a frente, é impossível compreender o processo de consolidação de um sistema partidário sem incorporar no modelo o maior partido em termos eleitorais e um ator central na conformação das coalizões de governo do período – ainda mais em um sistema fortemente marcado por estratégias coalizacionais de formação de governo sob o chamado “Presidencialismo de coalizão”.

² Segundo Melo (2004), parte deste crescimento se realizou após a eleição de 1994, por meio do processo de migração partidária no interior da Câmara dos Deputados.

Nas seções seguintes será apresentado o resultado da pesquisa e revisão bibliográfica realizada. Serão analisados, de forma separada, os três partidos envolvidos, a polarização entre PT e PSDB e, por fim, o impacto desta última sobre o sistema partidário brasileiro. Ao final serão feitas considerações sobre o período aberto após a eleição de 2014.

2 - PT, PSDB E PMDB: UM BREVE HISTÓRICO

Esta seção se constituirá de quatro partes. Nela será realizada uma breve retomada histórica sobre PT, PSDB e PMDB, de modo a destacar o surgimento, trajetória e fatos marcantes dos mesmos no cenário político eleitoral brasileiro. A quarta parte se encarrega de denotar os momentos e movimentos de divergências e convergências entre PT e PSDB no período de interesse deste estudo.

2.1 - Partido dos Trabalhadores

O Partido dos Trabalhadores foi fundado em 10 de Fevereiro de 1980, ainda na ditadura militar, logo depois que o regime militar permitiu a formação de partidos políticos independentes desde o golpe de 1964. Sua criação foi reconhecida oficialmente pelo Tribunal Superior de Justiça Eleitoral em 1982.

O PT é resultado de um dos maiores e mais importantes movimentos de esquerda da América do Sul. Segundo os dados atualizados do site oficial do PT (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2015), o partido conta com mais de um milhão e setecentos mil filiados em todo o País, e está organizado em mais de cinco mil municípios brasileiros. Para alguns autores, o PT representou uma exceção na política brasileira, graças aos seus elevados níveis de coesão e disciplina em um ambiente caracterizado por partidos políticos fracos, pouco institucionalizados e de tipo catch-all (MAINWARING, 1999). Da mesma forma, trata-se do único partido no Brasil que realiza eleições diretas para todos os cargos da direção partidária, em todos os níveis – municipal estadual e federal – através do Processo de Eleições Diretas (PED), que ocorre a cada quatro anos. Para Ribeiro (2013) a implantação do PED tornou a organização petista ainda mais inclusiva, ainda que não necessariamente mais democrática.

O PT é o segundo maior partido político do Brasil, atrás apenas do PMDB. Margaret Keck (1992) apresenta a organização do PT a partir da tríade “sindicalistas, intelectuais e políticos”. Meneguello (1989) concordando com essa concepção junta a esse tripé os militantes das comunidades de base da Igreja Católica que seguiam a “Teologia da Libertação”. Com essa base se deu o debate acerca da criação de um novo partido de

esquerda, o qual deveria lutar pela democracia e incorporar novos grupos na política partidária brasileira. Desse modo, o PT surgiu a partir da composição de diversas forças como o novo sindicalismo e suas lideranças (com destaque para Lula), intelectuais, parlamentares de esquerda, grupos marxistas, a ala progressista da Igreja Católica, além dos diferentes movimentos sociais emergentes a partir do final da década de 1970. E justamente por reunir uma diversidade de forças sociais em sua constituição, o PT pode ser caracterizado como de origem extraparlamentar (Reis, 2014), algo que também o diferencia das demais formações partidárias brasileiras e permite qualificá-lo, pelo menos durante boa parte de sua trajetória, como um “partido de massas” (Duverger, 1980).

Esta é também a opinião de Rachel Meneguello (1989), para quem o PT rompeu com os padrões de organização partidários conhecidos até então no cenário brasileiro. De acordo com a autora, até o surgimento do PT, todos os partidos políticos surgidos no país, segundo suas formas de organização, poderiam ser classificados como “partidos de quadros”. Devido à sua heterogeneidade e criação de baixo para cima, o PT seria um caso único na história dos partidos no Brasil (MENEGUELLO, 1989; KECK, 1992).

Após o fim da ditadura militar, com a volta das eleições diretas no Brasil e até 2002, o PT atuou como um partido de oposição a todos os governos federais. A cada eleição legislativa, o partido ampliava sua representação no Congresso, chegando a tornar-se o maior partido do fragmentado Congresso brasileiro, ao conquistar 18,4% dos votos (Samuels, 2004) para a Câmara dos Deputados por ocasião da vitória de Lula na eleição presidencial.

Após 22 anos na oposição e três derrotas eleitorais nos anos de 1989, 1994 e 1998 para candidatos de centro e direita, o PT enfim conquistava o Governo Federal. Também pela primeira vez, desde 1989, um presidente era eleito tendo por trás de si um partido com forte enraizamento social e níveis de coesão, disciplina e lealdade muito superiores às outras grandes agremiações políticas brasileiras.

Com o governo Lula atingindo altíssimos graus de popularidade, apesar do episódio que ficou conhecido como “mensalão”, houve uma grande expansão na base de filiados petista, em especial durante os períodos de 2003/2005 e 2006/2008, quando o partido passou a contar, segundo dados de Amaral (2011), com 840.108 e 1.387.682 membros, respectivamente,

superando a barreira de mais de 1% do eleitorado (1,06%) e transformando-se no segundo partido com o maior número de filiados no Brasil, atrás apenas do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

Além da ampliação no número de filiados, o governo Lula também fez com que aumentasse o número de eleitores identificados com o PT. Samuels (2004) sugere que o crescimento da identificação com o partido, até ultrapassar o patamar dos 20% no século XXI, está relacionado à moderação ideológica da agremiação. Autores como Amaral (2011) alertam que identificar-se com um partido e filiar-se a ele são coisas muito diferentes. No entanto, parece razoável a partir da bibliografia estudada, que a ampliação do número de eleitores identificados com o PT facilitou o trabalho do partido no processo de recrutamento de novos membros.

Nos dias de hoje, um dos pontos em debate se refere ao futuro do partido. Segundo Amaral (2011), ainda hoje o PT continua mantendo vínculos com a sociedade civil organizada e a atrair filiados, o que nos permitiria dizer que apesar das transformações pelas quais passou a partir da segunda metade da década de 1990, especialmente no aspecto ideológico-programático, o partido ainda mantém algumas de suas características originárias (PANEBIANCO, 2005).

Por outro lado, como também mostra Panebianco (1982), a passagem de um partido da oposição para o governo significa uma verdadeira revolução em termos organizacionais, ou da distribuição do poder no interior da legenda. Se por um lado o partido mantém algumas características dos partidos de massa, por outro se aproximou bastante dos partidos de tipo catch all. E mesmo que tenha introduzido inovações – como as eleições diretas e, mais recentemente, a paridade de gênero em todos os órgãos dirigentes (Melo e Nunes, 2015) – o fato é que, visto sob diversos outros ângulos, o partido se parece cada vez mais com os seus competidores ao centro e à direita.

2.2 - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

O PMDB tem origem no MDB, legenda registrada na Justiça Eleitoral em 24 de março de 1966. A criação do MDB foi um dos desdobramentos da extinção dos partidos imposta pelo Ato Institucional de número 2 e a instalação do bipartidarismo logo em seguida. A intenção era conferir alguma legitimidade ao regime e ao mesmo tempo “reorganizar”, de cima para baixo, o sistema partidário brasileiro, depois de promover um expurgo à esquerda. Na formulação inicial do AI2 um partido só poderia ser organizado se obtivesse o apoio de pelo menos 1/3 dos congressistas, o que, em tese, poderia dar origem a três partidos. Como a maioria dos congressistas aderiu à base do governo, fundando a ARENA, aos políticos que se opunham ao golpe – um grupo composto em sua maioria por ex-petebistas e que contou com a adesão de alguns ex-membros do PSD e de partidos menores – restou criar o MDB, que durante os primeiros anos atuou como uma forma de oposição consentida. Para os militares, à oposição se resumia a isto: o de uma legenda que servia para legitimar o regime, mas que em hipótese alguma poderia ambicionar ao poder.

Segundo Pasquarelli e Neto (2012) o PMDB é o maior partido político nacional, ainda que não tenha sido, até hoje, objeto de muita pesquisa pela Ciência Política brasileira. A caracterização pemedebista enquanto o maior partido brasileiro, se justifica tanto devido ao número de governadores, senadores, deputados, prefeitos e vereadores eleitos, como em função da extensão de sua base organizacional, medida por meio dos Diretórios Municipais.

Não obstante, o PMDB tem estado ausente das disputas presidenciais com candidatos próprios desde as eleições de 1998. Antes disso, elegeu Tancredo Neves em eleição indireta para a Presidência em 1985 e lançou, já em eleições diretas, Ulysses Guimarães em 1989 e Orestes Quécia em 1994. É possível afirmar que depois de Ulysses Guimarães nas décadas de 70 e 80 e Quécia no início da década de 1990, nenhuma liderança eleitoral nacional do partido conseguiu controlar os grupos internos e predominar sobre a organização, garantindo a unidade em torno de seu nome para uma candidatura presidencial. Um dos fatores a contribuir para tanto, além do próprio “modelo genético” do partido – uma legenda que nasceu como uma frente e manteve-se como uma federação de interesses regionais – foi o pífio desempenho dos dois

candidatos em 1989 e 1994. Na primeira eleição, Ulysses obteve 4,7% dos votos válidos. Na segunda, Quércia repetiu a dose e conseguiu apenas 4,4%.

Transcorridas sete eleições presidenciais, é notório que o potencial do PMDB tem sido explorado não por meio do lançamento de candidatura própria para as eleições presidenciais – pois esta é uma opção que exige um grau de coordenação e de centralização não disponível no partido – mas sim através das disputas estaduais, caminho capaz de garantir bancadas robustas no Congresso Nacional e deixar o partido em posição estratégica, tornando-o um player decisivo do jogo político nacional. Favorecido pela competitividade da legenda nos estados, pelo “aninhamento” entre as eleições estaduais e o pleito nacional e ainda pela extrema fragmentação do sistema partidário nacional, o PMDB tem conseguido manter bancadas no Congresso que o colocam em condições extremamente favoráveis para barganhar a participação no governo federal, mesmo sem sequer lançar candidato próprio à Presidente da República (MELO, 2010 e 2012). Ferreira (2002) sugere que a força do PMDB em eleger seus candidatos nas cidades e Estados para os poderes Executivo e Legislativo sem, no entanto, conseguir sequer um nome de força para concorrer à Presidência da República, é resultado da dependência que as características atuais do partido têm de sua trajetória, desde seu momento de formação. Formado por lideranças eleitorais que não disputavam nem a Presidência nem os governos estaduais, a organização do partido foi marcada por um padrão de divisão de poder centralizado durante toda a ditadura. Com a redemocratização em 1985, essa concentração da atuação partidária migrou para o nível estadual, sem, contudo exigir que o partido desenvolvesse instrumentos internos para garantir a unidade de suas lideranças regionais em torno de projetos nacionais. Ao concentrar durante anos o escopo de sua atuação no nível local e estadual o PMDB não se preparou institucionalmente para as disputas nacionais.

Entre 1998 e 2014 a participação do PMDB em pleitos presidenciais se resumiu ao lançamento de dois candidatos à Vice-Presidência: Rita Camata em 2002, na chapa liderada por José Serra do PSDB e Michel Temer em 2010 e 2014, na chapa de Dilma Rousseff do PT. Deputado Federal por São Paulo por quatro legislaturas e hoje Vice-Presidente da República, Michel Temer assumiu a presidência nacional da organização em 2001 e a manteve nos últimos 14 anos, destacando-se como a única liderança do partido a conseguir algum controle e interlocução com os diversos grupos internos.

Contudo, Temer nunca foi uma liderança dotada de projeção eleitoral para pleitear a indicação para uma candidatura presidencial.

Por outro lado, a ausência de um candidato do PMDB à Presidente da República foi também consequência do sucesso do PT e PSDB nas eleições de 1989 e 1994: ao se firmarem como os principais protagonistas da disputa, os dois partidos tornaram mais custoso, aos demais, o lançamento de um desafiante (MELO e CÂMARA, 2012).

Desta forma, seguindo a rota das disputas estaduais, o PMDB conseguiu manter-se como o maior partido do país e beneficiando-se do grande número de cadeiras conquistadas no Congresso Nacional esteve em condições privilegiadas para negociar seu apoio parlamentar aos presidentes eleitos. Ainda que o partido não tenha participado formalmente de todos os governos eleitos desde 1989, seu apoio sempre foi decisivo. Segundo Pasquarelli e Neto (2012) os dados sobre o apoio presidencial no Congresso apontam que no período em que o PMDB não foi da base governista, os governos nacionais estabelecidos obtiveram apenas 39% de apoio nominal. Quando a base incluía o PMDB o apoio nominal dos governos sobe para, em média, 65%. Tais dados evidenciam a inevitabilidade de se levar em consideração o papel do PMDB na dinâmica recente da política brasileira. É impossível compreender o processo de consolidação de um sistema partidário sem incorporar no modelo o maior partido em termos eleitorais e um ator central na conformação das coalizões de governo do período, ainda mais em um sistema fortemente marcado por estratégias consociativas de formação de governo sob o chamado “Presidencialismo de coalizão”.

Conclui-se que no cenário político brasileiro a eleição de uma bancada de tamanho médio no Congresso aumenta o potencial de coalizão de determinado partido. Como o PMDB tem demonstrado, um partido pode ser bem-sucedido em uma estratégia que objetive fazer parte do jogo presidencial sem, no entanto, participar de forma sistemática da eleição propriamente dita, baseando-se, para isso, no seu bom desempenho nos níveis regionais.

2.3 - Partido da Social Democracia Brasileira

Há poucas análises sobre os partidos políticos brasileiros do atual período democrático. Ainda mais reduzidos são os trabalhos que os analisam como uma estrutura organizacional. A afirmativa aplica-se também ao PSDB, partido cujo desempenho eleitoral foi suficiente para preenchimento de vários cargos eletivos em todo Brasil. O Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) foi fundado em 25 de junho de 1988 por um conjunto de deputados e senadores egressos do PMDB. Seu símbolo é um tucano nas cores azul e amarela. O PSDB, assim como o PT, surgiu num momento importante do processo de redemocratização do Brasil, a saber, na Assembleia Nacional Constituinte (ANC), em meio às disputas internas do PMDB.

Para compreendermos os conflitos intrapartidários, que levaram à constituição do PSDB, precisamos observar os caminhos trilhados pelo PMDB na chegada ao Executivo federal. O PMDB se constituiu na referência partidária de enfrentamento ao regime militar e, portanto, na alternativa política de superação deste regime.

Com a eleição de Tancredo Neves e José Sarney o maior partido de oposição ao regime militar chegou ao poder. Entretanto, a vitória do PMDB sobre os herdeiros do regime militar, não expressou mudanças no modo de fazer política. Segundo Sallum (1996) ao chegar ao poder o PMDB aumentou o seu pragmatismo, especialmente porque sua tarefa principal era exercer de forma estável o poder recém-conquistado. Foi a partir de uma dissidência composta por 44 parlamentares ligados ao bloco dos históricos que se constituiu o PSDB como alternativa partidária. Entre os fundadores estavam políticos de expressão nacional, como o ex-governador de São Paulo Franco Montoro, além dos senadores Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso e Afonso Arinos.

Em um estudo publicado em 2002, Celso Roma questiona as explicações até então vigentes sobre a origem do partido. Segundo o autor, três fatores seriam comumente aceitos como tendo motivado a criação do PSDB. O primeiro seria relativo às distensões internas na bancada parlamentar do PMDB durante os trabalhos na Assembleia Nacional Constituinte entre 1987 e 1988, principalmente nas questões sobre sistema de governo – presidencialismo versus parlamentarismo – e da duração do mandato do presidente José Sarney – quatro ou cinco anos (Kinzo, 1993). O segundo fator seria o predomínio do grupo quercista em São Paulo que disputava posições de poder no

interior do PMDB. Orestes Quércia, que controlava a organização peemedebista, venceu a disputa e deixou seus adversários sem espaço de atuação no interior do partido (Melhen, 1998). Já o terceiro seria a apresentação da candidatura de João Leiva para a prefeitura de São Paulo, articulada no interior do PMDB paulista a partir de uma aliança entre políticos conservadores do PFL e o prefeito de São Paulo, Jânio Quadros. A composição dessa candidatura, aliás, foi considerado o motivo final que impulsionou a ruptura dos fundadores do PSDB com o PMDB (Lamounier, 1989).

No entanto, ainda segundo Roma (2002), as explicações para criação do PSDB centradas em questões ideológicas – argumentando haver oposição do partido às alianças com a direita e ao casuísmo da prorrogação do mandato presidencial de Sarney – revelaram-se inconsistentes. Uma evidência neste sentido seria a aliança selada com o PFL e o PTB para a conquista do governo federal em 1994 – uma ação essencialmente pragmática e em contradição com uma suposta orientação ideológica de apenas alguns anos atrás.

Rediscutindo a questão, Roma (2002) argumenta que outros três elementos influenciaram a decisão de fundar o PSDB e, portanto, deveriam ser devidamente considerados pela literatura. O primeiro teria sido o pouquíssimo espaço político que o governo Sarney concedeu aos políticos fundadores do partido. O segundo seria a exclusão destes políticos do processo sucessório à presidência da República. Já o terceiro elemento articula-se, de forma estratégica, com os anteriores, pois consiste na abertura de um mercado de eleitores de centro descontentes com o governo federal, o que refuta mais uma vez a tese ideológica da criação do partido, e ressalta a motivação pragmática-eleitoral da sua formação. O pragmatismo ajudaria a explicar, ainda, sua fraca organização partidária e a adoção de um modelo organizacional que permitisse maior liberdade de ação às lideranças, algo que capacitou o partido a adotar estratégias de aliança com maior eficiência, seja no aspecto eleitoral ou no que se refere à governabilidade. Mantendo fracos vínculos com a sociedade civil e com origem exclusivamente parlamentar, suas lideranças puderam atuar na arena governamental e na competição eleitoral com maior autonomia decisória.

Com a vitória nas eleições presidenciais de 1994 o PSDB se manteve no controle do poder Executivo federal por oito anos consecutivos com base em dois movimentos articulados. Segundo Melo (2010), o primeiro, e essencial, foi a exitosa introdução do

imperativo da estabilidade econômica e da austeridade fiscal na agenda nacional. O segundo foi o estabelecimento de uma aliança de centro direita com o então PFL e o PTB. Segundo Roma (2006) internamente o partido foi se tornando cada vez mais oligarquizado, dotado de estrutura volátil, com grande presença de Comissões Provisórias, pequena participação interna e forte concentração de poderes nas mãos das lideranças nacionais. Tendo surgido com um discurso social democrata, o partido rapidamente deslocou-se para direção dos partidos assumidamente de direita na construção de um plano nacional.

A partir da derrota do seu candidato à presidência José Serra, para Lula em 2002, o partido passou a enfrentar diversas dificuldades que levaram a um aumento do seu grau de centralização, concedendo maior poder e autonomia aos órgãos nacionais e aumentando o número de intervenções realizadas em estados e municípios. Segundo Melo e Nunes (2015) todo esse processo, culminando com a configuração de um poderoso Conselho Político Nacional composto por apenas seis pessoas, foi conduzido de forma acelerada, sem que as lideranças intermediárias ou mesmo a escassa militância encontrasse espaço para se manifestar. Sua condução esteve a cargo de lideranças de três estados, com clara predominância do grupo paulista que definiu a indicação de todos os candidatos à Presidência da República entre 1989 e 2010 (além das vitórias de FHC nos anos de 1994 e 1998, José Serra foi candidato em 2002 e 2010, e Geraldo Alckmin foi candidato em 2006). Em 2014, foi a vez de um político de Minas Gerais. Aécio Neves, presidente nacional do partido, ser o candidato a Presidência da República, obtendo expressiva votação, fator que deve ser levado em consideração no mapa interno de poder da legenda.

Fora da Presidência da República, o PSDB teve que se adaptar ao papel de oposição. No início enfrentou alguma dificuldade, tendo em vista que algumas das políticas assumidas pelo governo Lula, como a Reforma da Previdência e iniciativas no campo da Reforma Tributária representavam um prolongamento de iniciativas levadas a efeito durante o governo FHC. À época, como mostraram Melo e Anastasia (2005), suas lideranças no Congresso consideraram mais sensato manter a coerência com as políticas defendidas anteriormente e orientaram seus deputados a votar com o governo petista nas referidas reformas. Doze anos depois, já sob o segundo governo Dilma, o partido mudaria radicalmente de postura e passaria não apenas a votar de forma sistemática contra medidas de austeridade fiscal propostas pela petista, como a contribuir para a

aprovação das famosas “pautas bomba” que caso não tivessem sido vetadas pelo Executivo levariam a economia do país a uma situação de completo descontrole.

2.4 - Movimentos de Aproximação e Distanciamento entre PT e PSDB

A década de 1990 foi marcada pela tentativa de diferenciação mútua entre PT e PSDB. Na busca pela vitória nas eleições e pela ampliação de governabilidade os dois partidos trataram de arquitetar alianças eleitorais e coalizões governamentais que, ao nível das disputas presidenciais, terminaram por conferir uma feição bipartidária ao multipartidarismo brasileiro. Diante deste contexto, os outros partidos, com exceções pontuais, buscaram se aliar a um ou outro polo, ou mesmo se colocar à disposição de qualquer dos dois, em busca de vantagens futuras, evitando assim os custos envolvidos no lançamento de candidatos próprios. Apesar de PT e PSDB serem dois grandes partidos de matriz paulista, defensores da democracia e de terem se configurado nas expressões possíveis de uma “sociedade moderna” e de sua cultura, ambos buscaram delimitar seus campos na transição do regime militar e, na década de 1990, construíram partes de suas identidades um em oposição ao outro.

Desta forma, é possível observar, através de dados publicados pelo TSE e os apresentados por Limongi e Cortez (2010), que PT e PSDB nunca estiveram numa mesma coligação nas disputas pela Presidência. O único momento de aproximação entre os partidos nesse contexto foi em 1989 quando Mário Covas, candidato do PSDB, após chegar à quarta colocação no primeiro turno, apoiou Lula no segundo turno contra Fernando Collor, candidato pelo já extinto PRN.

Segundo Limongi e Cortez (2010), no caso do PT observou-se maior rigidez ideológica na formação das alianças antes da chegada de Lula ao poder, em 2002. Desse ponto em diante, o comportamento do partido sofreu uma alteração. Segundos os autores, “para chegar à presidência, o partido se mostrou disposto a fazer alianças com inimigos do passado, como também se mostrou aberto a sacrificar sua penetração e expansão estadual em nome de uma política nacional” (LIMONGI e CORTEZ, 2010, p.26). Dito de outro modo, a mudança nas estratégias de coligações do PT foi fruto de um cálculo a respeito do que seria necessário fazer para garantir a conquista da Presidência da República e, depois, para mantê-las nas eleições seguintes.

Movimentos de divergência e aproximação entre PT e PSDB puderam ser verificados após a vitória de Lula para a Presidência da República. A conquista do

Executivo federal pelo PT foi resultado tanto do capital político acumulado no seu processo de institucionalização, como das escolhas feitas no processo eleitoral. Dentre essas escolhas destacam-se: a aliança com o Partido Liberal – que indicou José Alencar (Senador, Empresário do setor têxtil, proprietário de 11 fábricas, ex-presidente da Federação das Indústrias de Minas Gerais) como vice de Lula – e a moderação do discurso por parte do candidato petista, evidenciada pelo lançamento da “Carta ao Povo Brasileiro”, documento em que o candidato petista se comprometia, entre outras coisas, a preservar as linhas gerais da política macroeconômica, garantindo a manutenção de iniciativas como a manutenção do superávit primário pelo tempo que fosse necessário e da taxa de juros em níveis compatíveis com a necessidade de superar a vulnerabilidade externa.

Pode-se dizer, conforme Melo (2010), que o movimento do PT em relação a posições mais moderadas teve início a partir da derrota de 1994, quando o discurso contra o Plano Real e a política de estabilidade econômica se revelou um desastre eleitoral. Desde então, ainda que nem sempre o explicitasse, o partido passou a lidar com a necessidade de abandonar a retórica que o acompanhara desde a origem e que o colocava como uma organização disposta a combater “tudo o que aí está”.

A composição do primeiro governo Lula, por sua vez, foi demonstrativa das opções feitas ainda no processo eleitoral. O primeiro mandato petista se constituiria sob a égide da conciliação. Exemplos disso foram a indicação de Henrique Meirelles (ex-presidente mundial do BankBoston e, na época da indicação para o Banco Central, deputado federal eleito pelo PSDB de Goiás), para a presidência do Banco Central, ou dos empresários Luiz Fernando Furlan e Roberto Rodrigues, respectivamente, para os Ministérios do Desenvolvimento e da Agricultura, ao mesmo tempo em que militantes históricos da esquerda como Marina Silva e Tarso Genro, passaram a se responsabilizar pelo Ministério do Meio Ambiente, no primeiro caso, e da Educação, no segundo. Discutindo a conciliação no primeiro Governo Lula, Luiz Werneck Vianna caracteriza o modo de gestão petista como um “Estado de Compromisso”, por meio do qual o governo buscava se apresentar não como o lugar da representação de um interesse em detrimento de outros, mas como uma síntese possível dos mais diversos interesses:

“Com efeito, estão aí, neste governo Lula, guindadas a Ministérios estratégicos, as lideranças das múltiplas frações da burguesia brasileira – a industrial, a comercial, a financeira, a agrária, inclusive os culaques que

começaram sua história na pequena e média propriedades, e que, com a cultura da soja, atingiram o reino do grande capital –, lado a lado com o sindicalismo das grandes centrais sindicais e com a representação dos intelectuais do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).” (VIANNA; 2007)

A agenda política do primeiro Governo Lula (2003-2006) também foi norteada pela concepção da conciliação de interesses conflitantes. Se por um lado buscava desenvolver políticas redistributivas por meio da implantação de programas como o Bolsa Família, que amenizassem o histórico de desigualdades do país, por outro implementava uma política econômica pautada na ortodoxia fiscal e monetária, a ponto de analistas políticos salientarem os aspectos de continuidade entre o governo petista e o de seu antecessor, especial no tocante à política macroeconômica e a reformas como a da Previdência (SALLUM & KUGELMAS; 2006). As posturas assumidas pelo governo petista terminaram por gerar deslocamentos no quadro político, seja devido à emergência de rupturas no interior do próprio partido, seja, como já referido, às dificuldades enfrentadas pelo PSDB para se situar como oposição ao longo de 2003.

Por outro lado, cabe destacar que o sucesso dos governos petistas no que se refere aos programas de redução da pobreza e da desigualdade, também foram sentidos pelo PSDB. Exemplo disso pode ser visto na mudança verificada em relação a programas como o Bolsa Família. Se nos primeiros embates, os tucanos buscaram desqualificá-lo, logo perceberam que tal discurso seria contraproducente. Assim como o PSDB havia conseguido firmar o discurso a respeito do equilíbrio fiscal e constrangido o PT a aceitá-lo, a situação agora se invertia e foram os tucanos que tiveram que dar a mão à palmatória.

3 - PT X PSDB: A POLARIZAÇÃO NAS ELEIÇÕES PARA O EXECUTIVO FEDERAL A PARTIR DA DÉCADA DE 90

Mesmo que superficialmente, vimos que PT e PSDB apresentaram diferenças desde suas origens, sobretudo, do ponto de vista organizacional. Retomando o que foi exposto temos, segundo Meneguello (1989), que o PT se constituiu no primeiro partido de massas da experiência partidária brasileira, enquanto que segundo Roma (2002) o PSDB surgiu no interior do parlamento configurando-se assim como mais um partido de quadros, o qual contava com a participação de políticos importantes e intelectuais renomados.

Apesar das diferenças, os dois partidos nem sempre se alinharam como inimigos no campo político, o que só veio a acontecer após a vitória de Fernando Henrique Cardoso para a Presidência da República, em 1994. Desde então, o PSDB colocou-se como o principal obstáculo ao “projeto de poder” do PT. Dessa maneira, pode-se compreender que a chegada do PSDB ao poder do Executivo federal se constitui como marco da institucionalização da disputa entre estes partidos, a qual se consolidou nos anos que se seguiram e teve como resultado um cenário de bipolarização em todas as eleições presidenciais posteriores.

Diversos autores têm se debruçado sobre este predomínio de PT e PSDB no plano das disputas presidenciais. Segundo Ricci (2004) é de relevância reconhecer que temos uma polarização dominante, e que ela estaria se consolidando, uma vez que PT e PSDB monopolizam a pauta político-partidária e os projetos e estratégias nacionais, ao passo que os outros 30 partidos brasileiros gravitam ao redor dessa disputa e não têm conseguido criar uma agenda alternativa. Para Nicolau (2004), a sucessão das disputas presidenciais entre estes dois partidos, possibilitou que eles desenvolvessem uma característica que os credenciou a protagonizar os embates para Presidente, a “vocação presidencial”, ou seja, a capacidade de “(...) formular propostas para o país, criar redes mais orgânicas com o mundo intelectual e criar processos decisórios mais centralizados no plano nacional.” (NICOLAU: 2004, p. 6). No mesmo estudo o autor ainda afirma em síntese:

“A observação das últimas eleições presidenciais revela uma disputa entre duas grandes coalizões, capitaneadas pelo PSDB e pelo PT. O PT e o PSDB foram os únicos entre os grandes partidos que disputaram todas as eleições presidenciais com candidaturas próprias. Essa participação contribuiu para a organização e a nacionalização eleitoral de ambos. É importante lembrar ainda que em cada eleição presidencial os partidos que concorrem mobilizam

seus técnicos para a elaboração de um programa de governo, tarefa que acaba contribuindo para que o partido seja obrigado a apresentar uma convergência mínima em termos programáticos. Certamente o PT e o PSDB acabaram se beneficiando da dinâmica da competição presidencial, tornando-se os mais programáticos entre os maiores partidos brasileiros.” (NICOLAU, 2004, p. 4).

Melo (2014) destaca que PT e PSDB foram capazes de executar com sucesso quatro movimentos relevantes no que se refere às eleições presidenciais, sendo eles: manter um projeto político nacional dotado de consistência; apresentar candidatos competitivos, dotá-los da necessária capilaridade, garantindo-lhes apoio nos estados e municípios e, por fim, subordinar a estratégia nos demais níveis da competição eleitoral ao objetivo nacional. Cabe relatar que tais fatores não se encontram associados às campanhas eleitorais propriamente ditas. Na verdade são anteriores a elas, ao mesmo tempo em que as ultrapassam, uma vez que devem ser mantidos no tempo para serem efetivos.

Delineado esse espaço da competição e definidos os principais competidores a partir de 1994, os demais partidos trataram de estabelecer suas estratégias de sobrevivência no cenário político. Para isso tiveram que definir primeiro onde pleiteariam seus espaços – na eleição do presidente, dos governadores ou das bancadas para o Congresso – e segundo como se posicionariam no jogo presidencial, já que no Brasil as eleições nacionais são coincidentes com as estaduais e o presidencialismo funciona à base de grandes coalizões. Isso significa que priorizar a disputa nos estados ou apenas a eleição para o Congresso não implica em uma saída do jogo presidencial, mas apenas em subordinar os movimentos nesta última arena às necessidades ditadas em uma das outras duas (Melo, 2010).

Somente analisando por esse prisma é possível deduzir o caso emblemático do PMDB, partido que se mantém como o maior partido nacional sem nunca ter apresentando candidato competitivo à Presidência e sem assumir um dos lados da disputa. O partido estabeleceu como estratégia a disputa pelos governos estaduais e o bom desempenho nesta arena possibilitou-lhe manter bancadas expressivas no Congresso, colocando-o na condição de ator privilegiado na composição de todos os governos desde 1994 e garantindo o acesso aos valiosos recursos disponibilizados pelo governo federal.

De modo geral, parece não haver dúvida quanto à importância da dinâmica da disputa pela Presidência da República, seja para a própria consolidação de PT e PSDB, seja a conjuntura política brasileira, tendo como exemplo as atitudes do PMDB no cotidiano político brasileiro e em cada pleito eleitoral. Melo e Câmara (2012), por exemplo, destacam os efeitos que a dinâmica da disputa pelo Executivo federal apresenta sobre todo o nosso sistema partidário. Tendo em conta a disputa pelo governo central, os autores argumentam que:

“o sistema partidário brasileiro poderia ser caracterizado como dotado de uma estrutura de competição aberta (Mair, 2006), na qual os dois polos tendem a se alternar, mas na forma de coalizões flexíveis já que os “sócios menores”, como visto, não são rigidamente definidos” (Melo e Câmara, 2012, 86).

Melo e Câmara (2012) afirmam ainda que as eleições presidenciais são as mais importantes disputas sob regimes presidencialistas e, neste sentido, “momentos por excelência” para a consolidação das legendas. Desse modo, partidos que logram uma participação sistemática e com bom desempenho nestes pleitos ganham força e espaço relativamente aos que não o fazem.

Para Cortez (2009), a prevalência de PT e PSDB seria decorrente da maior capacidade destes dois partidos em articular os pleitos estaduais ao nacional, subordinando sua estratégia nos primeiros à dinâmica do segundo. Desta forma, petistas e tucanos, estariam sendo bem-sucedidos em replicar a dualidade nacional nos estados, seja competindo entre si, seja apoiando candidaturas que se contraponham no estado a seu adversário nacional. A concentração de votos em torno de PT e PSDB estaria dependendo “mais da coordenação pré-eleitoral que da mobilização dos eleitores” (CORTEZ, 2009, p. 69).

É justamente a complexidade em reunir este aglomerado de fatores citados nos parágrafos anteriores do capítulo, e fazê-lo de forma continuada, o que ajuda a explicar porque todos os candidatos que poderiam se colocar como a “terceira via” fracassaram desde 1994. Ainda segundo Melo (2014) em apenas duas ocasiões, nas eleições presidenciais dos anos de 2002 e 2014, a hegemonia de petistas e tucanos pareceu estar ameaçada. O espaço foi aberto pela dificuldade encontrada por um dos competidores, no caso o PSDB, de consolidar sua candidatura. Na primeira ocasião, José Serra só conseguiu alçar-se à segunda colocação nas pesquisas em setembro, após o início do

horário eleitoral na TV. Até então Garotinho, candidato pelo PSB e Ciro Gomes, candidato pelo PPS, haviam se revezado na perseguição a Lula (Meira, 2013).

Mas foi na eleição de 2014, primeiro com Eduardo Campos, candidato pelo PSB e depois com Marina Silva, que o discurso favorável a uma terceira força surgiu com maior possibilidade de sucesso. Depois de emergir como a grande novidade das eleições de 2010 pelo Partido Verde (PV), em 2014, Marina Silva daria sequência ao discurso de Eduardo Campos – morto em acidente aéreo em plena campanha – segundo o qual o país precisava de uma terceira via. A combinação entre o discurso acerca da necessidade de se romper a “antiga” polarização PT/PSDB, a própria figura de Marina Silva e o trabalho de articulação realizado por Eduardo Campos fizeram com que fossem maiores, do que nas vezes anteriores, as chances de se desafiar com sucesso a hegemonia de PT e PSDB nas eleições presidenciais daquele ano.

No entanto, Marina não passou ao segundo turno das eleições, já que sua candidatura não foi capaz de sustentar de forma convincente o discurso de “nova política” quando este se viu confrontado ao longo da campanha. Presa em suas contradições, e ainda enfrentando dificuldades em conciliar sua campanha com a rede de apoios que havia sido articulada por Eduardo Campos – como bem exemplifica o caso da campanha em São Paulo – a candidata do PSB viu a ultrapassagem de Aécio Neves sem poder esboçar qualquer reação. De todo modo, há que se destacar que pela primeira vez, desde 1994, uma mesma candidatura conseguiu, por duas vezes consecutivas, apresentar-se como uma “terceira via” e apresentar um desempenho eleitoral expressivo: em 2010 pelo PV com 19,33% dos votos válidos, e em 2014 pelo PSB com 21,32% dos votos válidos, segundo dados do TSE.

Seguindo o objetivo maior do trabalho, o fato que temos é que desde 1994, PT e PSDB, segundo dados de Salles (2014), controlam mais de 69% dos votos válidos nas eleições presidenciais, e se apresentam ao eleitorado como as alternativas centrais para as grandes questões da nação. Segundo Echegaray, em afirmação feita no ano de 2007:

“Avaliados em sua competência para resolver diferentes assuntos – da violência à corrupção, do desemprego à educação, do crescimento econômico ao meio ambiente –, somente os dois grandes agrupamentos partidários do PT e do PSDB são reconhecidos como capazes por uma maioria expressiva. O resto da oferta eleitoral-partidária simplesmente carece de força suficiente em qualquer uma dessas áreas específicas para disputar um espaço com o atual bipartidarismo [...]” (ECHEGARAY, 2007, p.16)

4 - AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS E SEU IMPACTO NO SISTEMA PARTIDÁRIO BRASILEIRO

O sistema político brasileiro, desde o processo de redemocratização do país na década de 1980 e do fim do bipartidarismo imposto no período militar, viu emergir um novo sistema partidário. A Ciência Política busca desvendar os principais elementos desse novo modelo, tornando-o objeto de variados estudos que buscam investigar seu grau de institucionalização e consolidação, o processo de nacionalização dos partidos políticos brasileiros e a capacidade dos atuais partidos de estruturar de forma coerente e duradoura as preferências dos cidadãos e organizar a competição eleitoral no país.

Os partidos políticos são instituições de profunda importância e que compõem o núcleo de qualquer regime democrático, com importantes funções em termos de representação. O Brasil é categorizado como uma democracia consensual multipartidária e proporcional (sistema eleitoral). O Tribunal Superior Eleitoral contabiliza um total de 32 partidos e existem ainda outros tantos que buscam se viabilizar. Braga (2010) argumenta que o Brasil construiu um sistema de partidos viáveis, o que é fundamental para o funcionamento da democracia representativa. A bibliografia especializada considera o Brasil como um país de escassa tradição partidária: os partidos são relativamente recentes, organizacionalmente frágeis, convivem com políticos dotados de ampla liberdade de ação e contam com as seções estaduais e locais dotadas de elevada autonomia decisória. Vários autores destacam o elevado grau de personalismo político e a prevalência de “partidos do tipo catch-all, descentralizados, comparativamente indisciplinados e individualistas” (Mainwaring, 1999, p.5). As vitórias eleitorais se dariam muito mais em função da força ou da fraqueza dos candidatos do que da influência dos partidos. Segundo Meneguello (2010, p.24) a fragmentação dos partidos brasileiros pode ser considerada um componente do sistema e não necessariamente um obstáculo e que “as preferências do eleitor - que é o que importa - se acomodam através de lógicas distintas à luz dos grandes blocos políticos constituídos nos níveis nacional e estadual”. De acordo com Limongi e Cortez (2010), o multipartidarismo, no sistema brasileiro, está restrito ao Poder Legislativo, cujos membros são eleitos pelo sistema proporcional, enquanto é identificada uma lógica bipartidária nos pleitos presidenciais a partir de 1994 e até pelo menos 2014.

De acordo com Melo e Câmara (2012) eleições presidenciais e sistemas partidários podem se fortalecer ou se enfraquecer mutuamente. Se o embate presidencial é conduzido pelos partidos políticos, é possível que a sequência das eleições gere um vínculo de caráter positivo e funcione como elemento que estabilize e estrutura o sistema partidário, credenciando alguns e descredenciando outros competidores aos olhos dos eleitores e demais atores do jogo eleitoral. Ainda de acordo com os autores, apenas PT e PSDB apresentaram de forma consistente uma “vocação presidencial”, tendo lançado candidatos competitivos em todos. PT e PSDB foram os únicos entre os grandes partidos que disputaram todas as elei es presidenciais com candidaturas próprias e essa participa o contribuiu para a organiza o e a nacionaliza o eleitoral de ambos. Com isso cabe aqui salientar que a cada elei o presidencial os partidos que concorrem formulam e tornam público, um programa de governo, incumbência que acaba colaborando para que o partido se veja levado a apresentar uma concordância mínima em termos programáticos. Argumento semelhante havia sido apresentado por Nicolau (2004), para quem PT e o PSDB acabaram se beneficiando da dinâmica da competi o presidencial, tornando-se os mais programáticos entre os maiores partidos brasileiros.

Desta forma, ainda seguindo Melo e Câmara (2012), a sequência de elei es presidenciais permitiu que o sistema partidário nacional fosse concebido em torno de duas vertentes – uma situada   esquerda, liderada pelo PT com participa o contínua do PC do B e relativa do PSB e do PDT; outro constituído pela aliança de centro direita PSDB/DEM,   qual recentemente se incorporou o PPS. Entre os dois “pontos de amarra o”, passaram a oscilar PMDB, PP e PTB que, valendo-se das bancadas eleitas para o Congresso jogam com a possibilidade de aderir ao governo vigente.

Há que se considerar ainda a institui o da reelei o a partir do pleito de 1994. Desde então, os candidatos que assumiram o governo federal acabaram tendo um mandato de oito anos, o que segundo Braga (2010) mostra que parte considerável do eleitorado aprovou os programas desenvolvidos pelos respectivos grupos governantes, primeiro de PSDB (entre 1995 e 2002), e depois pelo PT (de 2003 até o momento), o que contribuiu para fortalecer ainda mais as principais organiza es partidárias de cada grupo partidário sistema político nacional. Não fosse o relativo sucesso dos governos eleitos e o fato de que ambos os partidos conseguirem, em maior ou menos grau,

implementar suas políticas públicas e seus respectivos projetos de governo, a história poderia ter sido outra.

Apesar da fragmentação partidária brasileira, do eleitor votar nos candidatos e não nos partidos, da fragilidade organizacional, e da pouca tradição partidária, tem se discutido a possibilidade de que o padrão de concentração estabelecido entre PT e PSDB produza um efeito “estruturante” sobre o sistema partidário-eleitoral em seus demais níveis. De acordo com Melo (2010) este impacto está, inicialmente, relacionado com o fato de serem as eleições presidenciais momentos importantes para afirmação das legendas. Desse modo, os partidos que obtiverem bom desempenho nestes pleitos ganham força e espaço relativamente aos que não logram sucesso. Ricci (2004) salienta que a disputa entre PT e PSDB tem impacto no processo de consolidação do sistema político-partidário brasileiro, para o autor, mesmo quando não consolidado, um sistema partidário polarizado gera dois movimentos na dinâmica política que se contradizem:

“Um primeiro é o de conflito aberto. Há uma tendência declarada em busca de maior identidade com o eleitorado e desqualificação do adversário direto. E um segundo movimento de aproximação programática. (...) Como a disputa passa a ser muito acirrada e o campo de competição se estreita em dois partidos, o risco de perda de um para o outro é muito alto. (...) Como o risco é alto, os dois partidos tendem a se arriscar menos, o que significa inovar menos (...)” (RICCI, 2004).

Para Limongi e Cortez (2010) as eleições presidenciais organizam e estruturam as demais disputas. No entanto na opinião de Melo (2015), a situação seria um tanto mais complexa. Analisando os resultados da eleição para os governos estaduais em 2014, o autor mostra que PT e PSDB mantiveram-se em coligações diferentes em todos os estados. Além disso, PC do B, PROS e PDT priorizaram as alianças com o PT, enquanto DEM, SD e PPS estiveram com o PSDB em 60% dos estados e raramente foram vistos junto do PT. O quadro para 2014 permitiria, portanto, que se continue falando em dois blocos, com quatro partidos cada, e em uma situação onde cada uma das legendas apresenta maior interação com seus aliados do que com os “do outro lado”. Tais dados apontariam de fato no sentido de uma “presidencialização” das disputas estaduais.

Mas, por outro lado, prossegue Melo (2014:103):

“Levantamento feito para o período entre 1994 e 2014 mostra que os partidos que polarizam as eleições estaduais se revezam com muita frequência. Em apenas nove estados os mesmos partidos estiveram em primeiro ou segundo lugar em pelo menos metade das eleições consideradas. Em seis destes casos, o padrão observado foi semelhante ao nacional. Nos demais o PMDB fez a diferença. Nos estados de Minas Gerais, São Paulo, Pará e Mato Grosso do Sul, PT e PSDB ocuparam os primeiros lugares em três eleições. Na Bahia, PT e DEM foram os principais protagonistas em quatro ocasiões e em Sergipe a situação se repetiu por três vezes. Em cinco pleitos no Rio Grande do Sul, o PMDB teve o PT como principal adversário. Em Santa Catarina e em Goiás o partido enfrentou o PP e o PSDB em quatro eleições cada”.

O mercado eleitoral nos estados seria, portanto, mais aberto do que o nacional. Segundo o autor, três razões podem ser apontadas para tanto: o menor custo de entrada nos pleitos estaduais; a alteração na correlação forças entre os partidos de uma eleição a outra devido à migração de chefes políticos locais; e o não lançamento de candidatura própria, ou competitiva, pelo PT e/ou PSDB.

Ao fim e ao cabo, o padrão adquirido pela competição presidencial e mantido pelo menos até 2014 possibilitou um ganho de estabilidade para o sistema político brasileiro e permitiu um avanço na formulação e desenvolvimento das políticas públicas nas áreas mais relevantes para a sociedade. Não obstante, a manutenção de um “bipartidarismo presidencial” ainda gera um reduzido impacto sobre o conjunto do sistema partidário. Em outras palavras, o sistema partidário brasileiro, entre 1994 e 2014, combinou o bipartidarismo no plano da eleição presidencial com uma elevada fragmentação na esfera do Congresso e nos demais níveis da competição (Melo, 2010 e 2015; Melo e Câmara, 2012).

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse trabalho vimos que diversos autores têm se debruçado sobre o predomínio de PT e PSDB no plano das disputas presidenciais. Retomando de modo geral, temos que, segundo Ricci (2004) é de relevância reconhecer que temos uma polarização dominante, e que ela estaria se consolidando, uma vez que PT e PSDB monopolizam a pauta político-partidária e os projetos e estratégias nacionais, ao passo que os outros 30 partidos brasileiros gravitam ao redor dessa disputa e não têm conseguido criar uma agenda alternativa. Para Nicolau (2004), a sucessão das disputas presidenciais entre estes dois partidos, possibilitou que eles desenvolvessem uma característica que os credenciou a protagonizar os embates para Presidente, a “vocação presidencial”. Melo (2014) destaca que PT e PSDB foram capazes de executar “manobras” eleitorais relevantes em eleições presidenciais, que os mantem como protagonistas nas disputas. Para Cortez (2009), a prevalência de PT e PSDB seria decorrente da maior capacidade destes dois partidos em articular os pleitos estaduais ao nacional, subordinando sua estratégia nos primeiros à dinâmica do segundo.

Analizamos também o caso emblemático do PMDB, partido que se mantém como o maior partido nacional sem nunca ter apresentando candidato competitivo à Presidência e sem assumir um dos lados da disputa. Conforme Melo (2010), o partido estabeleceu como estratégia a disputa pelos governos estaduais e o bom desempenho nesta arena possibilitou-lhe manter bancadas expressivas no Congresso, colocando-o na condição de ator privilegiado na composição de todos os governos desde 1994.

Além disso, contemplamos a partir das referências bibliográficas que o predomínio entre PT e PSDB na disputa para a eleição presidencial nos últimos 20 anos, gerou um determinado padrão de competição e contribuiu para estabilizar a competição partidária, dinâmica essa que contrasta com o diagnóstico bastante comum na literatura que aponta a baixa institucionalização do sistema partidário e o baixo grau de identificação dos eleitores com os partidos no Brasil. Desde 1994 então PT e PSDB estabeleceram um verdadeiro duopólio eleitoral para presidência, o que, segundo a literatura estudada, contribuiu para a estabilidade do sistema eleitoral e político brasileiro.

No entanto, a eleição presidencial de 2014 e o cenário que a ela se seguiu trouxe fatos novos:

- 1) A eleição de 2014 para Presidência da República levou a disputa entre os dois partidos a um nível de radicalização inédito, em especial da parte do PSDB, que não aceitou a derrota;
- 2) O desempenho da economia nacional está sendo amplamente questionado pelos economistas, veículos midiáticos e pela própria população;
- 3) Somada à crise econômica, as investigações da Operação Lava-Jato, contribuíram para aumentar o desgaste do PT. O percentual de eleitores que se identificam com o partido diminuiu sensivelmente ao mesmo tempo em que aumentou o daqueles que o rejeitam. Tais fatos levaram o partido à pior crise de sua história;
- 4) O governo Dilma viu sua base de apoio se desconstituir no Congresso Nacional e, em especial, na Câmara dos Deputados. Segundo Santos e Canello (2014), a coalizão de governo (PT, PMDB, PSD, PP, PR, PROS, PDT, PC do B e PRB) reduziu o seu tamanho nominal, passando dos anteriores 339 assentos para 304 assentos na Câmara. Pior ainda, tal apoio não se materializa e o governo atravessou o ano de 2015 contando com menos de 200 votos na Câmara dos Deputados;
- 5) Como resultado da crise, do escândalo da Lava Jato e da perda de sua base de sustentação, o governo petista não conseguiu evitar que a oposição mantivesse o tema do impeachment na pauta ao longo de todo o ano, ainda que não houvesse fundamento constitucional para tanto.

Diante do que foi elencado, há a exigência de uma maior capacidade política do governo petista nas negociações com seu principal aliado, o PMDB, a fim de enfrentar a oposição. No entanto o PMDB possui uma ala que claramente está rompida com o governo atual, como vemos diariamente nos noticiários.

O crescimento de Aécio Neves na reta final do primeiro turno das eleições de 2014, seguido de uma derrota por uma pequena margem no segundo turno, frustrou a perspectiva de uma mudança de governo, acalentada pelo PSDB e por parcela expressiva da população brasileira. A reação imediata do PSDB foi a de levantar suspeita sobre o resultado das urnas, e solicitar uma recontagem de votos apenas para o segundo turno do pleito, algo que não acontecia desde a implantação das urnas eletrônicas. Como seria de se esperar, a recontagem apenas confirmou o resultado.

Desde então, assistiu-se um acentuado acirramento da luta política no país, processo que abriu espaço até mesmo para que setores muito minoritários pedissem uma intervenção militar ou para que se assistissem agressões verbais a lideranças em locais públicos. Paralelamente, o enfraquecimento do PT e do governo Dilma, foi secundado pelo crescimento de uma “maré conservadora” no país, liderada, entre outros pelo atual Presidente da Câmara e investigado pela Lava Jato, o deputado Eduardo Cunha.

A partir de tudo o que foi dito, pode se discutir se a disputa presidencial de 2018 ainda será polarizada entre PT e PSDB. A fragilização do PT, restrito à reedição da candidatura Lula, e mesmo a movimentação do PMDB em torno da possibilidade de uma candidatura própria, deixam antever um cenário indefinido para daqui a três anos.

O fato é que o PT, um dos responsáveis pelo padrão adquirido pela competição para o Executivo Federal nos últimos seis pleitos, terá muita dificuldade no próximo pleito. Se o padrão adquirido pela competição for quebrado quem se beneficiará? Qual será o impacto sobre o sistema partidário? Pode se fragmentar mais ainda? Resta-nos aguardar os próximos acontecimentos e as eleições de 2018 para saber.

6 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Oswaldo (2010). "Adaptação e resistência: O PT no Governo Lula entre 2003 e 2008". Revista Brasileira de Ciência Política, v. 4.

AMARAL, O. (2011). "Ainda conectado: o PT e seus vínculos com a sociedade". Opinião Pública, vol. 17 (1).

ARAUJO, Paulo Magalhães. Bicameralismo e Poder Executivo no Brasil: revisão de projetos presidenciais entre 1989-2010. Opin. Publica [online]. 2014, vol.20, n.1 [citado 2014-05-27], pp. 67-95.

BORGES, André (2014). "Nacionalização partidária no presidencialismo de coalizão: teoria e evidências sobre o caso brasileiro". Trabalho apresentado no IX Encontro da ABCP.

BRAGA, M. S. e SILVEIRA, Rodrigo (2012). "Organizacion, territorio y sistema partidario: difusion territorial de la organizacion de los partidos y sus impactos sobre la estructura del sistema partidario en Brasil". America Latina Hoy, n0 62.

BRAGA, Maria do Socorro Sousa (2010) - Eleições e Democracia no Brasil: a caminho de partidos e sistema partidário institucionalizados.

CARREIRÃO, Ian (2014). "O sistema partidário brasileiro: um debate com a literatura recente". Revista Brasileira de Ciência Política, n0 14.

CORTEZ, Rafael (2012). "O sistema partidário eleitoral à luz da coordenação eleitoral: a relação entre o pleito presidencial e estadual no Brasil (1989-2010)". Trabalho apresentado no 360 Encontro Anual da ANPOCS.

DUVERGER, Maurice. Os partidos políticos. Brasília: Ed: UNB, 1980.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de teoria geral do estado. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

ECHEGARAY, Fabián. Eleições no Brasil: a caminho de um sistema político moderno. Política & Sociedade, v.10, p.13-24, 2007.

FEDERAL ELECTION COMMISSION DATA. www.tse.jus.br.

FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

FOLHA DE SÃO PAULO (2014). Choro de perdedor. www1.folha.uol.com.br.

<http://www.voltairenet.org/article122389.html>

<http://www.espacoacademico.com.br/041/41ricci.htm>

JORNAL O GLOBO (2014). Ato em São Paulo reúne protestos contra Dilma, os desvios na Petrobras e a votação da meta fiscal.

LIMONGI, F. "As eleições de 2010 e o quadro partidário". *Novo Estudos CEBRAP*. 2010, pp. 21-37.

LIMONGI, Fernando e CORTEZ, Rafael. As eleições de 2010 e o quadro partidário, *Novos Estudos/ CEBRAP*, n 88, p.21-38, 2010.

LIMONGI, F.; GUARNIERI, F. "A base e os partidos: as eleições presidenciais no Brasil pós-redemocratização" . *Novos Estudos Cebrap*, nº 99, p. 5-24, 2014 .

LIJPHART, A. (2003). Modelos de democracia; desempenho e padrões de governo em 36 países. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Luiz Werneck. Esquerda brasileira e tradição republicana: Estudos de conjuntura sobre a era FHC-Lula. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2006. _____. A crise republicana e o estado de exceção. *Ciência Hoje*, out. 2005, n.220, p. 18-23. _____. O Estado Novo do PT. *Política Democrática-Revista de Política e Cultura*, Brasília, jul. 2007, n. 18, p. 45-53.

MELO, Carlos Ranulfo (2007). "Nem tanto ao mar, nem tanto a terra: elementos para uma análise do sistema partidário brasileiro", in: Melo e Alcântara, op.cit.

MELO, Carlos Ranulfo (2015). "The 2014 Elections and the Brazilian Party System". *Brazilian Political Science Review*, vol. 9, n01.

MELO, C. R. e NUNES, Felipe (2015). "Politica Parties: the case of Brazil". In: Gianluca Passarelli (ed.), *The Presidentialization of Political Parties: organization, institutions ans leaders*". PALGRAVE MACMILLAN.

MELO, Carlos Ranulfo (2010); “Eleições presidenciais, jogos aninhados e sistema partidário no Brasil”. Revista Brasileira de Ciência Política, n. 4.

MELO, C. R. e CÂMARA, Rafael. 2012. “Estrutura da Competição pela Presidência e Consolidação do Sistema Partidário no Brasil”, Dados, 55 (1).

MELO, C. R. (2015). “As eleições de 2014 e o sistema partidário brasileiro”. Brazilian Political Science Review (no prelo).

MELO, Carlos Ranulfo. Presidencialismo e relativa Estabilização do Sistema Partidário brasileiro. In: Terceiro Encontro Nacional da Associação Brasileira de Ciência Política, 2002, Niterói. Democracia & Justiça Social - Programa do 3º Encontro da ABCP, 2002. v. 1. p. 3939.

MENEGUELLO, R. Las elecciones de 2010 y los rumbos del sistema de partidos brasileño. Política nacional, fragmentación y lógica de coaliciones. In SAÉZ, M. e TAGINA, M.L. (Org). América Latina: Política y elecciones del bicentenario (2009- 2010). Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, Madrid, v.209, p.449-488, 2011.

MENEGUELLO, R. PT: a formação de um partido, 1979-1982. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

NICOLAU, J. Sistemas Eleitorais, 5ª edição revista e atualizada. FGV, 2004.

PANEBIANCO, A. Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PASQUARELLI, B. e BIZZARRO NETO, F. (2012). “O PMDB no centro do sistema político brasileiro”. 80 Encontro da ABCP.

REIS, Bruno P. W. (2014). Da democracia participativa à pluralidade da representação: breves notas sobre a odisseia do PT na política e na ciência política brasileira. In Soc. estado. vol.29 nº. 1 Brasília Jan./Apr. 2014

Revista Social Democracia Brasileira; São Paulo: Instituto Teotônio Vilel.

RENNÓ, Lucio e CABELLO, Andrea (2010). “As bases do lulismo. A volta do personalismo, realinhamento ideológico ou não alinhamento?”

RIBEIRO, Pedro Floriano. (2013). "Organização e poder nos partidos brasileiros: uma análise dos estatutos". Revista Brasileira de Ciência Política, nº 10.

RICCI, R. Associativismo paulistano e cultura ambivalente. In: AVRITZER, L. (Org.). A participação em São Paulo. São Paulo: Editora Unesp, 2004. p. 59 a 103.

ROMA, Celso (2002). "A Institucionalização do PSDB entre 1988 e 1998". RBCS, vol. 49.

ROMA, Celso (2006). "Organizaciones de partido en Brasil: el PT y el PSDB bajo perspectiva comparada". América Latina Hoy, v. 44.

ROMA, Celso (2006). "Organizaciones de partido en Brasil: el PT y el PSDB bajo perspectiva comparada". América Latina Hoy, v. 44.

SALLUM, Brasília & KUGELMAS, Eduardo. Governo Lula. Disponível <http://www.artnet.com.br/gramsci/arquiv276.htm>. Acesso em 15/09/2008. _____.
Labirintos: Dos gerais à Nova República. São Paulo: Hucitec, 1996.

SAMUELS, David (2008). "A evolução do petismo". Opinião Pública 14(2).

SAMUELS, David (2004). "As bases do petismo". Opinião Pública, vol. , n. 2.

SAMUELS, David (2004a). "From socialism to social democracy? The evolution of the Worker's party in Brazil". Comparative Political Studies, 37 (9), pp. 999-1024.

SAMUELS, D. & ZUCCO, Cesar (2014). "Crafting Mass Partisanship at the Grass Roots". British Journal of Political Science, vol. 26, p. 1-21.

SAMUELS, D. & ZUCCO, Cesar (2013). "The power of partisanship in Brazil: evidence from surveys experiments". American Journal of Political Science.

SANTOS, F. and CANELLO, J. Brazilian Congress, 2014 elections and governability challenges. *Bras. Political Sci. Rev.* [online]. 2015, vol. 9, nº 1, pp. 115-134.

SINGER, André (2009). "Raízes sociais e ideológicas do Lulismo". Novos Estudos, nº 85.

SINGER, A. 2010. "A Segunda Alma do Partido dos Trabalhadores", Novos Estudos, nº 88.

VEIGA, Luciana (2011). "O partidarismo no Brasil (2002/2010)", Opinião Pública, 17(2).

VOIGT, Leo. A formação do PT: esboço de reconstrução histórica. Porto Alegre, 1990. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

KINZO, M. D'A. Os partidos no eleitorado: percepções políticas e laços partidários. In: KINZO, M. D.; BRAGA, M.S. (Orgs.). Eleitores e representação partidária no Brasil. São Paulo: Humanitas, 2007.

